

Sumário Executivo

Relatório Internacional Sobre a Liberdade Religiosa em 2015

O dia 19 de Março começou como um dia normal para Farkhunda Malikzada, de 27 anos. Farkhunda vivia em Kabul, no Afeganistão, uma cidade que tinha sido palco de décadas de guerra e ainda sofria a constante ameaça de ataques terroristas dos Talibã. Apesar disso, segundo a família, Farkhunda tinha uma vida feliz e com boas perspectivas. Trabalhava como assistente de um professor ao mesmo tempo que estudava a lei islâmica. Vivia com uma família afectuosa e sonhava em casar-se e ter filhos, e, talvez, vir a ser juiz.

No dia 19 de Março os sonhos de Farkhunda tiveram um fim trágico quando foi falsamente acusada de queimar o Alcorão, uma acusação que resultou na sua morte brutal e sem sentido. Depois do trabalho, quando se dirigia para casa naquele dia, Farkhunda parou no santuário Shah-e Du Shamshira, no centro de Cabul. Ela fez as suas orações e, em seguida, discutiu com o zelador do santuário, Zainuddin, sobre a venda de amuletos no santuário, que Farkhunda considerava não-islâmicos. A discussão aumentou de tom e o zelador, em seguida, acusou-a de ser uma ferramenta dos americanos e de blasfémia por ter queimado um Alcorão.

Juntou-se rapidamente uma multidão para ouvir as acusações incendiárias. A queima do Alcorão é uma ofensa religiosa em muitos países islâmicos, onde é vista como uma forma de blasfémia.

Farkhunda negou as acusações e tentou defender-se da multidão que estava cada vez mais agitada. Pouco depois, um membro da multidão incitou os outros a fazer "justiça" por suas próprias mãos e a matá-la. Alguns agentes da polícia, que se encontravam próximo do local, tentaram intervir quando a multidão começou a bater em Farkhunda e a tirar-lhe a roupa. Os agentes desistiram e ficaram a observar enquanto a multidão atormentava e matava a vítima. Ela foi espancada com paus e placas, pontapeada, atropelada por um carro e arrastada, o corpo atirado para um leito seco do rio, apedrejado e, finalmente, incendiado enquanto os espectadores gravavam o crime e a polícia observava esta barbárie. De acordo com os médicos legistas, Farkhunda morreu em tormento e dor num dado momento durante o ataque, mas a multidão continuou a abusar do seu corpo sem vida.

Apesar da morte de Farkhunda ilustrar os horrores que podem resultar de falsas acusações de blasfémia nas sociedades islâmicas profundamente conservadoras, o que aconteceu posteriormente demonstra que a mudança é possível. O Presidente Ghani condenou imediatamente o ataque e ordenou uma investigação. A

indignação nacional após o ataque foi imediata, liderada pela sociedade civil e por grupos de mulheres. As mulheres afegãs carregaram o corpo de Farkhunda para o local da sepultura num cortejo fúnebre sem precedentes do ponto de vista cultural, que acabou por ser um protesto amplamente divulgado contra a sua morte. Participaram no funeral autoridades governamentais e membros do parlamento e o chefe do departamento de investigação criminal do Ministério do Interior disse à multidão que Farkhunda era inocente. Alguns membros do governo afegão e líderes religiosos que inicialmente tinham apoiado a sua morte foram marginalizados e, pelo menos um, foi demitido.

Devido à pressão do público, a investigação foi rápida e vários indivíduos foram levados a julgamento e condenados pelo seu envolvimento na morte de Farkhunda, incluindo agentes policiais. Continua a ser interpostos recursos em alguns destes e a sociedade civil tem feito ouvir a sua voz e pressionado as autoridades para fazerem mais para garantir que seja feita justiça. O facto de estes indivíduos terem sido responsabilizados por este crime hediondo representa um passo significativo para o sistema de justiça do Afeganistão e envia uma mensagem importante para aqueles que possam ver as acusações de blasfémia como forma de agir impunemente contra outros. O proeminente memorial público erguido no local em que Farkhunda morreu tem sido local de vigílias e foi realizada uma comemoração amplamente divulgada do 1º aniversário da sua morte.

Em muitas outras sociedades islâmicas, paixões sociais associadas a blasfémia – suficientemente mortais em si mesmas - são instigadas por um código legal que penaliza duramente a blasfémia e a apostasia. Estas leis representam um conflito e atentam contra os direitos humanos universalmente reconhecidos. Todos os residentes de países onde as leis ou normas sociais incentivam a pena de morte por blasfémia são vulneráveis a ataques como o de Farkhunda. Isto é particularmente verdade para os que têm menos poder e são mais vulneráveis nessas sociedades, como as mulheres, as minorias religiosas e os pobres. Não são raras as acusações falsas, muitas vezes apresentadas em busca de vinganças pessoais ou para ganho pessoal do acusador. A violência popular em consequência de tais acusações é perturbadoramente comum. Além do perigo da violência popular engendrada por acusações de blasfémia, os tribunais de muitos países continuaram a proferir sentenças duras para blasfémia e apostasia, que foram usadas para restringir severamente a liberdade religiosa dos seus cidadãos.

Na **Mauritânia**, Mohammad Cheikh Ould Mohammad (mais conhecido como "MKheytir") publicou um artigo on-line que o governo alegou criticava o Profeta Maomé e, implicitamente, culpou a instituição religiosa do país pela situação da

casta forgeron (ferreiro), que historicamente tem sofrido discriminação. Em Dezembro de 2014, um tribunal condenou-o por apostasia, uma acusação que foi posteriormente retirada em Abril de 2016 após o blogger "se ter arrependido" e condenou-o à morte. Ele permanece na prisão enquanto se aguarda uma decisão do Supremo Tribunal Federal, prevista para Maio de 2016, sobre um possível perdão. Os manifestantes pediram a morte de um conhecido activista de direitos humanos que defendera MKheytir, Aminetou Mint El Moctar. As autoridades emitiram um mandado de prisão para o líder dos manifestantes que ameaçam a vida de El Moctar, Yahdih Ould Dahi, mas não o prenderam.

As leis de blasfémia do **Paquistão**, que prescrevem punições severas para crimes como profanar o Alcorão ou insultar o profeta Maomé, muitas vezes têm sido usadas como justificativa para a justiça popular. Desde 1990 foram mortas mais de 62 pessoas pela violência popular (de acordo com o Centro de Investigação e Estudos de Segurança do Paquistão). Em 2013, foram registados 39 casos de blasfémia contra um total de 359 pessoas, de acordo com a Comissão de Direitos Humanos do Paquistão (HRCP). Segundo a Comissão dos EUA sobre Liberdade Religiosa Internacional (USCIRF), mais de 40 pessoas permanecem no corredor da morte por blasfémia no Paquistão, muitas das quais são membros de minorias religiosas. Muitas pessoas envolvidas em casos de blasfémia bem divulgados de anos anteriores - incluindo Sawan Masih, Shafqat Emmanuel, Shagufta Kausar e Liaquat Ali - continuavam presos aguardando recurso.

No **Sudão** no dia 2 e 3 de Novembro, as autoridades detiveram 27 muçulmanos sob a acusação de perturbar a ordem pública e apostasia. Os detidos eram adeptos de uma escola do Islão segundo a qual o Alcorão é a única fonte de autoridade religiosa e que rejeita a santidade dos hadiths - contrariamente à opinião oficial do governo sobre o Islão. As prisões aconteceram durante um seminário em que dois indivíduos do grupo orientavam uma discussão em grupo sobre as suas opiniões sobre os ensinamentos islâmicos. A polícia acusou os membros do grupo ao abrigo da recém-ampliada disposição sobre apostasia, no Sudão. Os processos judiciais dos presos já foram suspensos e eles foram libertados, mas as acusações não foram anuladas.

Na **Arábia Saudita**, os meios de comunicação e fontes locais informaram que o Tribunal Geral em Abha tinha condenado à morte o poeta palestino Ashraf Fayadh por apostasia, em Novembro, anulando uma sentença anterior de quatro anos de prisão e 800 chicotadas (a sentença de morte foi posteriormente anulada em Fevereiro de 2016 e foi imposta uma sentença de oito anos de prisão e 800 c).

Autoridades da Comissão para a Promoção da Virtude e Prevenção do Vício detiveram inicialmente Fayadh em Agosto de 2013, depois de ter sido divulgado que ele tinha feito comentários depreciativos sobre o Islão. Num incidente separado, ocorrido em Janeiro, as autoridades chicotearam publicamente Raif Badawi 50 vezes, de acordo com uma sentença com base na sua condenação de 2013 por violar os valores islâmicos, violar a *sharia*, cometer blasfémia e zombar de símbolos religiosos na Internet.

Outros desenvolvimentos importantes em 2015

Intervenientes não estatais, como o Da'esh e Boko Haram, continuaram a classificar-se entre os mais flagrantes abusadores da liberdade religiosa no mundo.

O Da'esh continuou a seguir uma estratégia brutal que o secretário Kerry considerou constituir genocídio contra Yezidis, cristãos, xiitas e outros grupos vulneráveis no território que controlava, e foi responsável por actos bárbaros, incluindo assassínios, tortura, escravatura e tráfico, estupro e outros abusos sexuais contra minorias étnicas e sunitas nas áreas sob o seu controlo. Em áreas que não estão sob o controlo do Da'esh, o grupo continuou com os atentados suicidas e ataques perpetrados por dispositivos explosivos improvisados montados em veículos contra muçulmanos xiitas. Em Julho, por exemplo, foi divulgado na imprensa que um Da'esh suicida tinha atacado um mercado lotado em Diyala, no Iraque e matado 115 pessoas. As vítimas eram, na sua maioria, xiitas que se tinham reunido no mercado para o fim do mês sagrado islâmico do Ramadão.

O Boko Haram, que prometeu lealdade ao Da'esh numa mensagem gravada em áudio em Março 2015, continuou a lançar ataques violentos e indiscriminados contra cristãos e muçulmanos que se manifestaram contra ou se opunham à sua ideologia violenta. O Boko Haram reivindicou a responsabilidade por dezenas de ataques contra igrejas e mesquitas, muitas vezes matando crentes durante os serviços religiosos ou imediatamente a seguir.

O governo **sírio** e os seus aliados da milícia xiita mataram, prenderam e abusaram fisicamente de sunitas e de membros de grupos religiosos minoritários, destruindo intencionalmente a sua propriedade, de acordo com vários relatos. À medida que a insurreição se identificava cada vez mais com a maioria sunita, de acordo com especialistas, o governo mirou cidades e bairros em várias partes do país como alvo de cerco, bombardeamento com morteiros e bombardeamento aéreo em função da afiliação religiosa dos moradores. O governo alvejou, alegadamente, locais de culto, provocando danos e a destruição de várias igrejas e mesquitas.

Intervenientes não estatais, incluindo um número de grupos designados como organizações terroristas pelos Estados Unidos, como o Da'esh (o Estado Islâmico do Iraque e do Levante), e a Frente Al-Nusra, alvejaram os xiitas, alauitas, cristãos e outras minorias religiosas, bem como outros sunitas. Houve relatos de violência sectária devido a tensões entre grupos religiosos, agravadas por acções do governo, rivalidades culturais e retórica sectária.

O resultado no Levante, Sul da Ásia e Norte da Nigéria foi a continuada migração em massa de comunidades vulneráveis para fora das áreas controladas e ameaçadas pelo extremismo violento com a correspondente perda de riqueza e diversidade culturais.

Em todo o mundo, os governos continuaram a apertar o cerco regulatório aos grupos religiosos e, particularmente, aos grupos religiosos minoritários e religiões consideradas não tradicionais nesse país específico. Os investigadores Roger Finke e Dane Mataic da Penn State University constataram que o número de países que necessitam de algum tipo de registo aumentou significativamente ao longo das últimas duas décadas, para quase 90 por cento de todos os países. Finke e Mataic consideram que, embora alguns desses países regulem a religião no que parece ser uma forma não discriminatória, muitas das medidas utilizadas para regular a religião ou para decidir o que é ou não uma religião válida e reconhecida, são claramente discriminatórias. Também apuraram que a percentagem de países que exigia a apresentação da doutrina religiosa para aprovação antes do registo aumentou de 13 para 18 por cento durante o período de investigação; que a percentagem de países que exigem um número mínimo de membros da comunidade religiosa aumentou de 17 para 32 por cento e que a percentagem de países que, por vezes, negaram o registo aumentou de 22 para 27 por cento. Finke e Mataic identificaram uma forte ligação entre o aumento de requisitos de registo e a deterioração geral na situação da liberdade religiosa em muitos países. Observaram, além disso, que os membros de religiões minoritárias, ou religiões que são novas para um país, são desproporcionalmente discriminados por esta regulação crescente do espaço religioso.

Por exemplo, em **Angola** a lei exige que os grupos religiosos obtenham reconhecimento legal do estado. Para requerer o reconhecimento legal, um grupo religioso deve reunir 100.000 assinaturas dos seus membros, em 12 das 18 províncias, e apresentá-las ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. A Fé Bahai e a Igreja Global Messiânica foram as duas únicas organizações não-cristãs registadas a nível oficial. Não foi reconhecido nenhum grupo islâmico. O Estado,

que reconhece 83 grupos religiosos, não regista novos grupos religiosos desde 2004, quando foram estabelecidos os novos requisitos para registo.

Outro exemplo é o **Azerbaijão**, onde o processo de registo também é restritivo e grupos religiosos considerados não tradicionais para o Azerbaijão foram muitas vezes relutantes em tentar registar-se. Os grupos religiosos cujos pedidos de registo continuaram pendentes incluem alguns grupos islâmicos, Testemunhas de Jeová fora de Baku e Baptistas, entre outros. Algumas destas comunidades já estavam registadas antes da lei de 2009 que exigia que os grupos religiosos já registados se registassem novamente. Estes grupos divulgaram que o Comité Estadual do Trabalho com Organizações Religiosas (SCWRA) rejeitou ou não se pronunciou sobre os pedidos de novo registo.

No **Irão** o governo executou pelo menos 20 pessoas sob a acusação de *moharebeh*, que se pode traduzir como "inimizade contra Deus", incluindo alguns curdos sunitas. Outros prisioneiros, incluindo vários pregadores sunitas, permaneceram sob custódia, aguardando uma decisão do governo para executar as suas sentenças de morte. De acordo com o banco de dados sobre prisioneiros do Centro de Documentação Sobre Direitos Humanos do Irão, pelo menos 380 praticantes religiosos permaneciam detidos no fim do ano pela sua afiliação ou participação em actividades em nome de um grupo religioso minoritário, incluindo cerca de 250 sunitas, 82 Baha'is, 26 cristãos convertidos, 16 Sufis não-sunitas, 10 Yarsanis, três sunitas convertidos e dois zoroastristas. De acordo com representantes da comunidade Baha'i, o governo continuou a proibir os bahá'ís de estabelecer ou manter quaisquer instituições administrativas a nível oficial, encerrou esse tipo de instituições, perseguiu os aha'is e ignorou os seus direitos de propriedade. Os cristãos, especialmente evangélicos e convertidos, continuaram a ser vítimas de níveis desproporcionais de prisões e altos níveis de assédio e vigilância, de acordo com relatos de cristãos exilados.

Na **Arábia Saudita**, o Supremo Tribunal confirmou as sentenças de morte de pelo menos quatro xiitas, incluindo o clérigo xiita Nimr al-Nimr. Os outros três homens xiitas - Ali al-Nimr (sobrinho de Nimr al-Nimr), Dawood al-Marhoon e Abdullah al-Zaher - foram condenados por crimes cometidos quando eram menores de idade. Todos alegaram que as autoridades tinham usado confissões obtidas sob coação sobre as suas convicções. O governo saudita também emitiu penas de prisão e de morte a dezenas de pessoas envolvidas nos protestos ocorridos entre 2011 e 2012 exigindo mais direitos para os xiitas no Reino; algumas das acusações incluem violência contra as forças de segurança.

Desde 2013, as autoridades provinciais de Zhejiang, na **China** ordenaram a demolição de várias igrejas católicas e protestantes sancionadas pelo governo e a retirada de mais de 1.500 cruzeiros como parte de uma campanha governamental que tinha como alvo as chamadas estruturas "ilegais". Os advogados e líderes religiosos que protestam contra a campanha sujeitam-se a detenção e prisão. Em Agosto de 2015, as autoridades chinesas detiveram o advogado de direitos humanos Zhang Kai mesmo antes de uma reunião agendada com o Embaixador Itinerante dos EUA para a Liberdade Religiosa Internacional. Zhang Kai tinha prestado assessoria jurídica às comunidades de igrejas afectadas por uma campanha liderada pelo governo para demolir igrejas e cruzeiros "ilegais". Foi finalmente libertado em Março de 2016, mas o governo dos EUA continua preocupado com o seu bem-estar.

O exercício da liberdade religiosa continuou a ser quase inexistente na **Coreia do Norte**. Em 2015, os Estados Unidos co-patrocinaram resoluções anuais adoptadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas e pelo Conselho dos Direitos Humanos que condenam "as violações sistemáticas, generalizadas e graves dos direitos humanos." Estas resoluções manifestaram ainda uma profunda preocupação com a negação do direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião da RPDC, bem como dos direitos à liberdade de opinião, expressão e associação e instaram o governo a tomar medidas imediatas para garantir esses direitos.

O relatório de Junho de 2015 divulgado pela Comissão de Inquérito (COI) da ONU sobre os Direitos Humanos na Eritreia constatou que as autoridades proibiram encontros religiosos; confiscaram materiais religiosos; prenderam, maltrataram, torturaram e coagiram adeptos religiosos a negar a sua fé; e fizeram desaparecer ou mataram muitos seguidores de religiões ao longo do período de referência entre 1991 e 2015.

Em 2014, o **Brunei** implementou a Fase 1 do Código Penal da Sharia (SPC), que ampliou as restrições existentes sobre ofensas religiosas menores, como comer durante o Ramadão, vestir roupa do sexo oposto e proximidade entre pessoas solteiras de diferentes sexos. A implementação da Fase 2 e da Fase 3 está agendada para 2017 e 2018. A Fase 2 inclui castigos corporais, como amputação por roubo, e a Fase 3 inclui o apedrejamento até à morte por apostasia.

Em **Burma**, entre Maio e Agosto, o anterior governo chefiado por militares adoptou um pacote de quatro leis relacionadas explicitamente com a "protecção da raça e da religião" que, se aplicado, iria infringir o exercício da liberdade religiosa e de outros direitos humanos. Estas leis, que parecem direccionadas para membros

da minoria muçulmana do país, foram defendidas por destacados líderes budistas. O novo governo não tomou quaisquer medidas para reverter essas leis.

O Comité **Vietnamita** para os Assuntos Religiosos divulgou um projecto da "Lei de Religião e Crença" para comentário público, em Abril de 2015. Apesar das declarações por parte das autoridades vietnamitas de que a nova lei iria fazer com que o país ficasse em conformidade com as suas obrigações internacionais, aparentemente o projecto de lei fez apenas alterações mínimas aos actuais regulamentos profundamente problemáticos sobre religião. Vários representantes de comunidades religiosas afirmaram que um "mau" projecto de lei seria pior do que manter o actual, e menos formal, conjunto de regulamentos. Outros argumentaram que o projecto de lei, embora imperfeito, representará a garantia legal de certos direitos limitados, tais como o direito dos grupos religiosos alugarem imóveis, realizarem eventos ou ordenarem membros do clero. Alguns projectos de lei posteriores efecturam algumas melhorias encorajadoras, mas muitos problemas preocupantes permanecem sem solução.

Na **República Centro-Africana**, um taxista de motorizada muçulmano em Bangui foi decapitado por atacantes desconhecidos e o corpo atirado para a frente de uma mesquita. De acordo com a Missão de Estabilização Multidimensional Integrada das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), pelo menos 41 civis morreram em Bangui durante a violência inter-religiosa que se seguiu e foram deslocadas mais de 40 000 pessoas. Em resposta à violência, as forças anti-Balaka maioritariamente cristãs cercaram a comunidade muçulmana PK5 com barricadas, prendendo os moradores no interior. As barricadas foram derrubadas durante a visita do Papa Francisco, mais de um mês mais tarde.

Apesar de uma política de "tolerância zero" ao anti-semitismo, o governo **húngaro** e o governo municipal de Szekesfehervar disponibilizaram fundos para a Fundação Balint Homan erigir uma estátua a Balint Homan, um notável anti-semita da II Guerra Mundial, o qual foi posteriormente retirado depois de um protesto internacional.

O governo sunita no **Bahrein** continuou a questionar, deter e prender clérigos xiitas, membros da comunidade e políticos da oposição por difamarem outra religião, incitarem ao ódio contra outros grupos religiosos, fazerem discursos políticos nos sermões e, supostamente, apoiarem o terrorismo. Em Abril, o Tribunal de Cassação confirmou a dissolução do Conselho Superior dos Ulemas (IUC), a principal associação de clérigos xiitas no país, dizendo que o IUC tinha usado a religião como um disfarce para a actividade política.

Na **Ucrânia**, autoridades da ocupação russa na Crimeia continuaram a tomar medidas contra membros de grupos religiosos minoritários, incluindo tártaros, levando a cabo invasões, detenções e processos judiciais alegando leis "anti-extremismo".

O governo da **Rússia** continuou a conceder privilégios à Igreja Ortodoxa Russa, que não concedeu a outras, ao mesmo tempo que limitava as actividades de muçulmanos e de outros grupos religiosos minoritários, como as Testemunhas de Jeová, Pentecostais e Cientologistas. Além disso, as autoridades russas aplicaram leis de combate ao extremismo em toda a Rússia para revogar os registos de grupos religiosos minoritários e impor restrições às suas práticas religiosas e à sua capacidade para comprar terrenos e construir locais de culto. Actualmente, o Gabinete do Procurador Geral está a ameaçar destruir o Centro Administrativo das Testemunhas de Jeová na Rússia por suposta "actividade extremista", o que encerraria efectivamente as suas 406 associações religiosas locais e mais de 2.500 congregações, podendo também resultar no confisco dos seus bens.

Na Europa, alguns governos expressaram preocupação com a entrada de migrantes e requerentes de asilo por motivos religiosos. Na **Hungria**, por exemplo, o primeiro-ministro sublinhou repetidamente a importância de defender os "valores cristãos da Europa" e alguns funcionários da **República Eslovaca** retrataram os muçulmanos como potenciais ameaças à segurança, cultura e sociedade eslovaca e ameaçaram admitir apenas refugiados cristãos.

Desenvolvimentos positivos

Apesar dos desafios em curso no **Vietname**, a maioria dos líderes de grupos religiosos concordam que a liberdade religiosa se está a expandir gradualmente no Vietname. O governo está a expandir gradualmente o reconhecimento nacional de organizações religiosas (a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias é um exemplo recente) e a expandir o registo de igrejas locais em províncias com autoridades locais cooperantes. As organizações não registadas divulgaram menos problemas nas suas operações, especialmente nas grandes cidades como Hanói e Ho Chi Minh.

No final de 2015, a **Comissão Europeia** nomeou dois novos coordenadores – um para combater o anti-semitismo e outro para combater o ódio anti-muçulmano. O nosso Enviado Especial Para Monitorizar e Combater o Anti-semitismo e o Representante Especial para as Comunidades Muçulmanas já estão a trabalhar com

os respectivos homólogos coordenadores da UE e outras autoridades europeias para colaboração no combate das tendências anti-semíticas e de sentimentos anti-muçulmanos na região. Em resposta aos ataques terroristas em Paris e Copenhaga que tiveram como alvo judeus e jornalistas, membros da comunidade muçulmana organizaram um anel de paz em torno da sinagoga em Oslo, em Fevereiro, numa demonstração de solidariedade para com a comunidade judaica. Também foram realizadas demonstrações de respeito e solidariedade noutras cidades.

Quando militantes do al-Shabaab atacaram um autocarro no **Quénia** em Dezembro de 2015, alegadamente com a intenção de matar cristãos, um grupo de muçulmanos quenianos protegeu os passageiros cristãos e disse aos atacantes que estavam preparados para morrer juntos. Os muçulmanos recusaram ser separados dos passageiros cristãos e disseram aos militantes que ou os matassem todos ou os deixassem em paz.

Durante a visita do Papa à **República Centro-Africana**, em Novembro de 2015, foi realizada uma marcha pacífica de cristãos e muçulmanos no bairro Fátima. O Papa foi escoltado por jovens muçulmanos da Mesquita Central para o estádio em Bangui onde rezou uma Missa a 30.000 cidadãos. Os líderes religiosos disseram que a visita do Papa ajudou a restaurar um significativo grau de confiança entre as comunidades religiosas e que a visita do Papa levou ao desmantelamento de algumas barricadas físicas que dividiam bairros muçulmanos e cristãos.

No **Canadá**, o Tribunal Federal de Recurso considerou ilegal que o governo federal impusesse que as pessoas removessem o vestuário com base religiosa que cobre o rosto enquanto recitam o juramento de cidadania. Em Novembro, o governo recém-eleito decidiu não recorrer da decisão ao Supremo Tribunal.

Nos **Emirados Árabes Unidos**, a Igreja Católica Romana, em Abu Dhabi, abriu uma segunda igreja no grande bairro industrial de Musaffah, onde muitos trabalhadores migrantes vivem e trabalham e onde várias novas igrejas foram construídas nos últimos anos. O governo também concedeu um terreno para construção do primeiro templo Hindu em Abu Dhabi.